**EXCELENTISSÍMO SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA \_\_ VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE \_\_\_\_ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

**PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO – IDOSO**

**NEOPLASIA MALIGNA – CÂNCER DE PELE**

**POMPILIO FLORES DE BORBA**, brasileiro, militar reformado do Exército Brasileiro - Subtenente, portador da cédula de identidade RG nº 033237730-8, expedida pelo MD/EB, inscrito no CPF/MF nº 046.934.500-49, Prec CP 960424317, residente e domiciliado a Rua General Portinho, nº 384, Bairro Tiarajú, no Município Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, CEP 98.700-000, telefone nº (55) 3333-4301, sem endereço eletrônico, por seu advogado e bastante procurador que esta subscreve, (instrumento de mandato incluso **doc. 01**), com escritório na Rua Álvaro Chaves, nº 687-B, Sala 05, Bairro Centro, no Município de Ijuí/RS, onde receberá as devidas intimações, nos termos do art. 103 do Código de Processo Civil de 2015, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro no arts. 19, I, 300 e 319 do Código de Processo Civil e art. 165 e 167 do Código Tributário Nacional, propor a presente

**AÇÃO DECLARATÓRIA DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA C/C PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE IMPOSTO DE RENDA E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA *INAUDITA ALTERA PARS***

em face da **UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL**, pessoa jurídica de direito público interno, representada pela Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional, RS, com endereço a Avenida Brasil, nº 1400, Centro, em Santo Ângelo, RS, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

**PRELIMINARES**

**I – PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO**

O autor é pessoa idosa, estando com **89 anos de idade**, e portador de **neoplasia maligna** (lentigo maligno melanoma), conforme laudo patológico anexo.

Assim, tendo em vista a idade avançada e ser portador de doença grave requer nos termos da Resolução nº 520, de 18/09/2023, do Conselho Nacional de Justiça e, do art. 1.048, inciso I, do CPC, prioridade no trâmite processual.

**II – DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

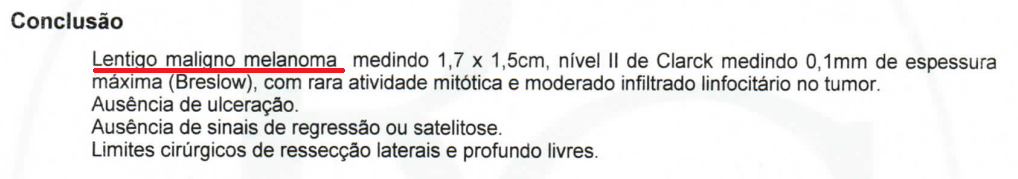
O Requerente, se vê impossibilitado de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem que isso provoque prejuízo de seu sustento e de sua família, pelo que requer a Vossa Excelência, se digne a deferir a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita e demais isenções, previstas no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal combinado com o art. 98 e seguintes do CPC, uma vez que é pessoa juridicamente hipossuficiente. Por ora, junta a Declaração de Hipossuficiência e Comprovante de Renda **(doc. 02)**.

**MÉRITO**

**III – DOS FATOS**

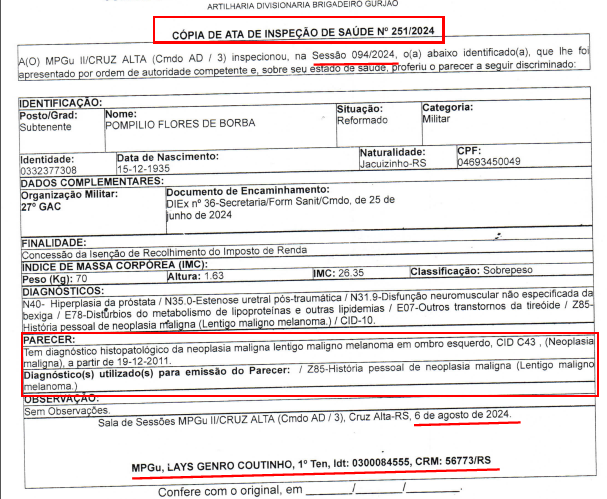
O autor é militar da reserva remunerada do Exército Brasileiro, vinculado a Seção de Veteranos e Pensionistas – SVP, da 3ª Região Militar – 3ª RM, do 27º Grupo de Artilharia de Campanha – 27º GAC, Unidade Militar localizada em Ijuí, RS, percebendo seus proventos calculados com base no soldo de 2º Tenente, descontando indevidamente o tributo – imposto de renda, nos códigos **Z10** – **imposto de renda** e **Z33** – **imposto de renda – Adic Natal**, e após a entrega das Declarações de Ajuste Anual de imposto de renda, saldo de imposto a pagar.

Em **19/12/2011**, o Requerente realizou consulta médica com o Dr Márcio Barboza Cardoso, para verificar lesões surgidas na pele, na ocasião, foi realizado a coleta de material por meio procedimento cirúrgico e raspagem, onde o segmento de pele extraído foi submetido ao processamento histológico, o qual restou concluído como sendo **LENTIGO MALIGNO MELANOMA**, doença que se caracteriza pela formação de células malignas (**CÂNCER**) a partir dos melancócitos, ou seja, das células que dão cor a pele, sendo assim o Requerente **diagnosticado** como sendo **portador de doença de pele - lentigo maligno melenoma** – câncer de pele, conforme Conclusão do Laudo Patológico **(doc. 03)**:



Diante do seu quadro de saúde, requereu em junho de 2024, administrativamente junto ao 27º Grupo de Artilharia de Campanha – 27º GAC, por meio do Ofício nº 13-MCT-ADV-2024, de 25/06/2024, protocolado sob nº 124083-26/06/2024, **(doc. 04)**, que a moléstia diagnosticada (**neoplasia maligna – lentigo maligno melanoma**), fosse comprovada por meio de **laudo médico oficial** (**inspeção de saúde**), para fins de isenção de imposto de renda, conforme previsto no art. 30, da Lei nº 9.250, de 1995.

A Inspeção de Saúde – IS foi realizada em 06/08/2024, oportunidade em que foi emitido o **Parecer** com **diagnóstico histopatológico de NEOPLASIA MALIGNA, com origem a partir de 19/12/2011 – CID - C43**, conforme **Ata de Inspeção de Saúde nº 251/2024, Sessão 094/2024**, de 06 de agosto de 2024, emitida pela Médica Perita de Guarnição – Dra Lays Genro – CRM 56773/RS, publicada no Boletim de Acesso Restrito nº 85, de 22/08/2024 **(doc. 05)**:



As informações detalhadas sobre a anamnese e exame clínico geral realizado no Autor - Sr POMPILIO FLORES BORBA, estão descritas na **Ficha de Registro de Dados de Inspeção de Saúde – 251/2024**, que acompanha a **Ata de IS nº 251/2024-Sssão 094/2024**, onde é possível verificar no subitem **História patológica pregressa** - que **o periciando possui outros problemas de saúde**, que somados a idade avançada **(89 anos)**, demandam urgência no presente caso.

O acesso aos documentos referente à Inspeção de Saúdo do Requerente foi solicitado por meio do Ofício nº 23-MCT-ADV-2024, de 19/08/2024, protocolado sob nº 124151 – 19/08/2024, disponibilizado por meio do Despacho 01 – 2024, publicado no BI 163, de 28/08/2024, **(doc. 06)**,

Tendo sido a **NEOPLASIA MALIGNA – câncer de pele**, **confirmada por meio de laudo pericial oficial** (Inspeção de Saúde – Médico Perito de Guarnição do Exército Brasileiro), a Organização Militar ao qual está vinculado – 27º GAC/Ijuí, RS, deu início ao **processo administrativo de isenção de imposto de renda em caráter condicional**, conforme previsto no art. 178 e seguintes da Portaria–DGP/C Ex nº 019, de 2 de março de 2021, que aprova as Normas Técnicas nº 2 – Reforma, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social – EB30-N-50.005. Na ocasião, foi solicitado pela administração militar, que o Requerente assinasse uma Declaração, a qual por estar em desacordo com o amparo legal administrativo, foi refutada, sendo então apresentada pelo Autor nova Declaração de Ciência de Concessão de Benefício em caráter condicional, conforme previsão legal disposta no art. 178 e seguinte, art. 185, I e art. 186, II, todos da Portaria–DGP/C Ex nº 019, de 2 de março de 2021 - Normas Técnicas nº 2 – Reforma, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social – EB30-N-50.005. **(doc. 07)**.

Explicando, a Declaração solicitada tem por finalidade implantar no âmbito administrativo, de forma condicional pelo período de 180 dias a benefício pleiteado (isenção de IR), de modo que se nesse prazo não for administrativamente homologada definitivamente, o benefício será suspenso, sem que o Requerente necessite devolver os valores, até porque, não há dano ao erário, para tanto, **é necessário informar na capa do processo a data de início e data final do prazo de 180 dias**.

No que se refere ao **laudo pericial oficial**, cabe destacar as seguintes classificações do Código Internacional de Doenças – **CID10**, para formar o **Parecer na Ata de Inspeção de Saúde nº 251/2024, Sessão 094/2024 (doc. 05)**, publicado no B Aces R Nr 85, de 22/08/2024:

- **C43 – Tem diagnóstico histopatológico da neoplasia maligna – lentigo maligno melanoma em ombro esquerdo, a partir de 19/12/2011**;

- **Z85 – História pessoal de neoplasia maligna – lentigo maligno melanoma**;

Nesse sentido, requer o Autor que a União Federal, por meio da Fazenda Nacional, **declare em caráter definitivo,** **isento do imposto de renda** os valores percebidos a título de aposentadoria/proventos do Exército Brasileiro, bem como **restitua os valores** indevidamente já descontados, tendo por início a data do diagnóstico da doença **19/12/2011**, e a data final a data de implantação do benefício no contracheque do militar reformado.

Eis a síntese dos fatos.

**IV – DO DIREITO**

**a) Da isenção do imposto de renda por doença grave**

O art. 6º, incisos XIV e XXI, da Lei nº 7.713, de 1988, relaciona uma série de enfermidades e estabelece a isenção do imposto de renda às pessoas portadoras das moléstias graves, no que se refere aos proventos de aposentadoria, pensão ou reforma. No dispositivo em questão, se destaca a **NEOPLASIA MALIGNA**:

Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas:

....

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, **neoplasia maligna**, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; [(Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11052.htm#art1) [(Vide Lei nº 13.105, de 2015)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm#art1048i) [(Vigência)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm#art1045) [(Vide ADIN 6025)](http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADI&documento=748275886&s1=6025&processo=6025) **(grifo nosso)**

(...)

XXI - os valores recebidos a título de pensão quando o beneficiário desse rendimento for portador das doenças relacionadas no inciso XIV deste artigo, exceto as decorrentes de moléstia profissional, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após a concessão da pensão. [(Incluído pela Lei nº 8.541, de 1992)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8541.htm#art6xxi) [(Vide Lei 9.250, de 1995)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9250.htm#art30)

O art. 30, §1º e §2º, da Lei nº 9.250, de 1995, dispõe que para fins de reconhecimento de novas isenções, a moléstia deverá ser comprovada mediante laudo pericial emitido pelo serviço médico oficial da União:

Art. 30. A partir de 1º de janeiro de 1996, para efeito do reconhecimento de novas isenções de que tratam os [incisos XIV](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7713.htm#art6xiv) e [XXI do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7713.htm#art6xxi), com a redação dada pelo [art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8541.htm#art47), a moléstia deverá ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O serviço médico oficial fixará o prazo de validade do laudo pericial, no caso de moléstias passíveis de controle.

§ 2º Na relação das moléstias a que se refere o [inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7713.htm#art6xiv), com a redação dada pelo [art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8541.htm#art47), fica incluída a fibrose cística (mucoviscidose).

Já o art. 35, §4º, do Decreto nº 9.580, de 2018 (Regulamento do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza) dispõe acerca do momento a partir do qual a isenção deve ser reconhecida na esfera administrativa:

Art. 35. São isentos ou não tributáveis:

(...)

II - os seguintes rendimentos pagos pelas previdências públicas e privadas:

a) os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno, ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta e cinco anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto, até o valor de [(Lei nº 7.713, de 1988, art. 6º, **caput**, inciso XV](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7713.htm#art6); [Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, art. 2º](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11482.htm#art2); e [Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, art. 2º](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12469.htm#art2) e [art. 10, **caput**, inciso III)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12469.htm#art10iii):

(...)

b) os proventos de aposentadoria ou reforma motivadas por acidente em serviço e aqueles percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de **Parkinson**, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados de doença de **Paget** (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida e fibrose cística (mucoviscidose), com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou da reforma [(Lei nº 7.713, de 1988, art. 6º, **caput**, inciso XIV](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7713.htm#art6); e [Lei nº 9.250, de 1995, art. 30, § 2º)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9250.htm#art30); (grifos no original)

(...)

§ 4º As isenções a que se referem as alíneas “b” e “c” do inciso II do **caput** aplicam-se:

I - aos rendimentos recebidos a partir:

a) do mês da concessão da aposentadoria, da reforma ou da pensão, quando a doença for preexistente;

b) do mês da emissão do laudo pericial, emitido por serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, que reconhecer a moléstia, se esta for contraída após a concessão da aposentadoria, da reforma ou da pensão; ou

c) da data em que a doença foi contraída, quando identificada no laudo pericial;

II - aos rendimentos recebidos acumuladamente por portador de moléstia grave atestada por laudo médico oficial, desde que correspondam a proventos de aposentadoria, reforma ou pensão, ainda que se refiram a período anterior à data em que foi contraída a moléstia grave; e

No mesmo sentido da legislação federal, está a legislação administrativa da Receita Federal, que dispõe sobre normas gerais para tributação ao imposto de renda das pessoas físicas - **Instrução Normativa RFB nº 1500, de 29 de outubro de 2014**:

Art. 6º São isentos ou não se sujeitam ao imposto sobre a renda, os seguintes rendimentos originários pagos por previdências:

...

II – proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos por pessoas físicas com moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, **neoplasia maligna**, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids), e fibrose cística (mucoviscidose), comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, devendo ser fixado o prazo de validade do laudo pericial no caso de moléstias passíveis de controle, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma, observado o disposto no § 4º; [(Redação dada pelo(a) Instrução Normativa RFB nº 1756, de 31 de outubro de 2017)](http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=87661#1826258) **(grifo nosso)**

Portanto, é singela a solução da questão em debate, uma vez que a isenção está condicionada ao preenchimento de dois requisitos, tão somente: a) ser militar aposentado/reformado; b) ser o militar aposentado/reformado portador de alguma das doenças graves previstas no inciso XIV, do art. 6º, da Lei nº 7.713, de 1988. No presente caso, **NEOPLASIA MALIGNA**.

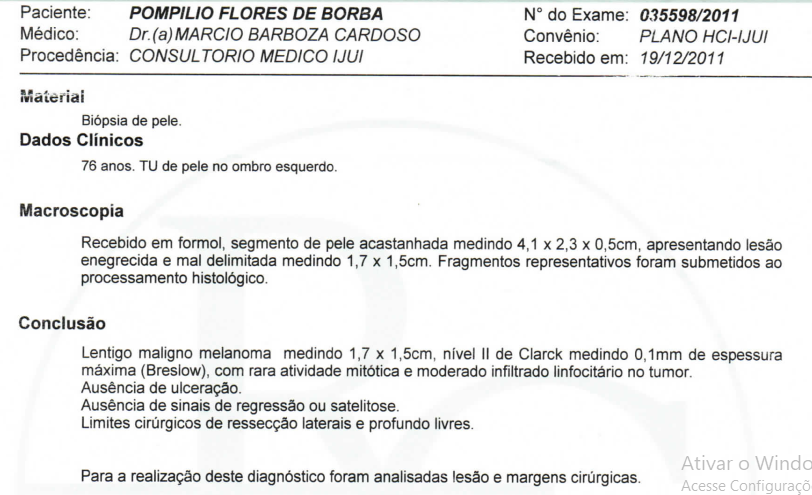
**b) Do termo inicial para a isenção**

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no entendimento de que a isenção se inicia na data em que o diagnóstico médico for comprovado e não da data da emissão do laudo médico oficial, conforme o precedente abaixo:

TRIBUTÁRIO. PORTADOR DE MOLÉSTIA GRAVE. ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA. TERMO INICIAL. DATA DO DIAGNÓSTICO DA DOENÇA. 1. **A jurisprudência do STJ sedimentou-se no sentido de que o termo inicial da isenção do imposto de renda sobre proventos de aposentadoria prevista no art. 6º, XIV, da Lei 7.713/1988 é a data de comprovação da doença mediante diagnóstico médico especializado e não necessariamente a data de emissão do laudo oficial**. 2. É firme também o entendimento de que, para gozo do benefício de isenção fiscal, faz-se necessário que o beneficiário preencha os requisitos cumulativos exigidos em lei, quais sejam: 1) o reconhecimento do contribuinte como portador de moléstia grave relacionada nos incisos XIV e XXI do art. 6º da Lei 7.713/1988; 2) serem os rendimentos percebidos durante a aposentadoria. 3. Diante dessa orientação e partindo da premissa fática delineada no acórdão recorrido, **o termo inicial da isenção deverá ser fixado na data em que comprovada a doença mediante diagnóstico médico - in casu, 25.4.2009 - ou a partir da inativação do contribuinte, o que for posterior**. 4. Agravo Interno não provido.

(STJ - AgInt nos EDcl no AgRg no AREsp: 835875 SC 2015/0319338-3, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 02/02/2017, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/03/2017) **(grifo nosso)**

Portanto, o **termo inicial da isenção e da restituição dos valores** recolhidos a título de imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria/reforma do Requerente, deve ser a data em que a moléstia grave **(Neoplasia Maligna – câncer de pele)**, foi comprovada **(19/12/2011)**, ou seja, a data do laudo patológico **(doc. 03)**:



**c) Da desnecessidade de contemporaneidade da moléstia**

Cabe destacar que para fins de concessão do benefício fiscal, o portador de alguma das doenças mencionadas na Lei nº 7.713, de 1988, não necessita demonstrar a contemporaneidade dos sintomas ou a recidiva da moléstia, tese fixada no STJ, por meio da Súmula nº 627:

Súmula nº 627 - STJ

DIREITO TRIBUTÁRIO – IMPOSTO DE RENDA

Enunciado

O contribuinte faz jus à concessão ou à manutenção da isenção do imposto de renda, não se lhe exigindo a demonstração da contemporaneidade dos sintomas da doença nem da recidiva da enfermidade. (PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/12/2018, DJe 17/12/2018)

Sendo assim, verifica-se que mesmo havendo sucesso no tratamento da doença, o portador da moléstia grave terá direito à isenção de imposto de renda previsto na legislação.

**d) Do laudo médico oficial**

O art. 472 do Código de Processo Civil dispõe que o juiz poderá dispensar a prova pericial quando houver informação e prova suficiente para o julgamento.

Art. 472. O juiz poderá dispensar prova pericial quando as partes, na inicial e na contestação, apresentarem, sobre as questões de fato, pareceres técnicos ou documentos elucidativos que considerar suficiente.

A Súmula nº 598 do STJ, encerra o debate jurisprudencial sobre a necessidade de laudo médico oficial para fins de reconhecimento de isenção de imposto de renda:

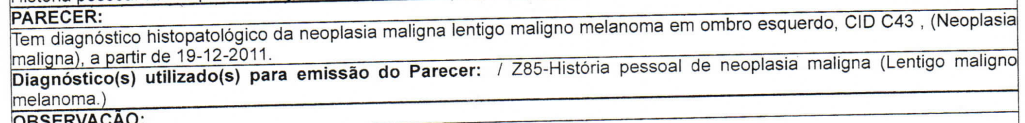
Súmula nº 598 - STJ

DIREITO TRIBUTÁRIO – IMPOSTO DE RENDA

Enunciado

[É desnecessária a apresentação de laudo médico oficial para o reconhecimento judicial da isenção do imposto de renda, desde que o magistrado entenda suficientemente demonstrada a doença grave por outros meios de prova.(PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/11/2017, DJe 20/11/2017)](javascript:;)

No entanto, para que não paire dúvidas sobre a moléstia grave apresentada pelo Autor – Sr POMPILIO FLORES DE BORBA, **foi realizada a perícia médica oficial por meio de Médico-Perito de Guarnição do Exército Brasileiro**, órgão ao qual o Autor é vinculado, para fins de comprovação da origem da doença, sendo emitido o **PARECER** de diagnóstico histopatológico da **NEOPLASIA MALIGNA** – lentigo maligno melanoma em ombro esquerdo, **CID 43**, **a partir de 19/12/2011** **(doc. 05)**, publicado no B Aces R Nr 85, de 22/08/2024:



**e) Da concessão de Tutela Provisória Antecipada de Urgência**

Segundo o art. 300 do CPC são pressupostos autorizadores da tutela antecipatória: a) a probabilidade do direito; e b) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Nesse sentido, a probabilidade do direito está plenamente comprovada por meio dos documentos apresentados, quais sejam: a) laudo pericial oficial **(doc. 05)**; e b) laudo patológico **(doc. 03)**, os quais constituem elementos indispensáveis para a concessão da tutela provisória de urgência.

Ainda no mesmo sentido, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo também se faz presente, pois **o Requerente** conforme é possível verificar no documento pericial oficial, **sofre de outros problemas de saúde**, sendo assim, o desconto mensal retido na fonte impacta em seu orçamento doméstico, seja na aquisição dos medicamentos, na alimentação ou no sustento da família, situação que alcança o princípio da dignidade da pessoa humana, um dos pilares de nosso Estado Democrático de Direito, previsto no art. 1º, III da Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, não há óbice para a concessão da tutela provisória de urgência para que seja imediatamente suspenso (se por outro motivo já não foi) o desconto do Imposto de Renda retido na fonte nos proventos de aposentadoria/reforma do Requerente.

Por fim, requer que no mérito, a liminar seja reconhecida definitivamente por Sentença, para declarar o Autor isento do desconto de imposto de renda retido na fonte e lhe restituir os valores pagos indevidamente.

**f) Da restituição do imposto de renda retido na fonte com repetição do indébito, com correção e juros**

Tendo ocorrido o pagamento indevido do imposto de renda com a consequente retenção pela União/Exército Brasileiro, está evidente a necessidade de devolução dos valores de forma retroativa desde **dezembro de 2011**, data de comprovação da moléstia grave (**NEOPLASIA MALIGNA**), conforme reconhecido em laudo médico perito oficial e laudo patológico, acrescidos de correção monetária a partir dos descontos indevidos, bem como de juros de mora a contar da citação, nos termos do art. 165, I do CTN e do *caput* do art. 167 do CTN:

Art. 165. O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual fôr a modalidade do seu pagamento, ressalvado o disposto no § 4º do art. 162, nos seguintes casos:

I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

Art. 167. A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

Parágrafo único. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

Portanto, segue Planilha **(doc. 08)**, com as quantias que integram o objeto da restituição tributária pretendida na presente ação, utilizando os valores de imposto de renda constante nas Fichas Financeiras do Requerente **(doc. 09)**, com o termo inicial a data de comprovação da neoplasia maligna **(dezembro/2011)**, sendo os valores atualizados com a aplicação de juros moratórios pela SELIC em **30/09/2024**, somados aos valores de imposto de renda pagos pelo contribuinte por ocasião da apresentação da Declaração de Ajuste Anual, totalizando o importe de **R$ 179.347,70** (cento e setenta e nove mil trezentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).

Por fim, cabe destacar, que a comprovação correta dos valores será feita em liquidação futura, para fins de apuração exata do *quantum debeatur*.

**g) Da apresentação do Processo Administrativo de concessão de isenção de imposto de renda em caráter liminar**

A Organização Militar – OM – 27º Grupo de Artilharia de Campanha – 27º GAC, sediado em Ijuí, RS, é órgão federal de vinculação do militar reformado e Autor da presente demanda. Assim, tendo realizado a Inspeção de Saúde para fins de homologação do laudo patológico com o diagnóstico de NEOPLASIA MALIGNA, a OM, de acordo observando as determinações constantes da Portaria – DGP/C Ex nº 019, de 2 de março de 2021, que aprova a reedição das Normas Técnicas nº 2 – Reforma, da Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (EB30-N-50.005), deu início ao Processo Administrativo de concessão de isenção do recolhimento do imposto de renda em caráter liminar, conforme previsto no art. 178 e seguintes da legislação administrativa.

Ocorre que o prazo de concessão administrativa em caráter liminar é de 180 (cento e oitenta) dias, sendo improrrogável (art. 182 – NT nº 2/EB30-N-50.005), e se nesse prazo não for julgado definitivo no âmbito administrativo, deve ser desimplantada, sem a necessidade de devolução dos valores (art. 185, I – NT nº 2/EB30-N-50.005), podendo ser reimplantado a contar da data de sua cessação (art. 184 – NT nº 2/EB30-N-50.005).

A legislação administrativa prevê que o Requerente e os órgãos públicos sejam informados sobre a data de início e a data final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para fins de controle do procedimento de isenção (art. 186, nº 2 e nº 3º – NT nº 2/EB30-N-50.005). No entanto, o Requerente já solicitou por duas vezes (02/09/2024 e 25/09/2024 – **doc. 07**), para que a Organização Militar informe a data de início e a data final do período de 180 (cento e oitenta) dias, pois tal contagem impacta na devolução dos valores de imposto de renda do Autor, retido na fonte.

Sendo assim, requer que seja oficiado a Administração Militar/27º GAC/Ijuí,RS, para que junte aos autos a íntegra do Processo Administrativo de concessão de isenção de imposto de renda.

**h) Das Declarações de Ajuste Anual - Receita Federal do Brasil**

Anexo a inicial, estão as Declarações de Ajuste Anual, entregues pelo contribuinte à Receita Federal do Brasil, durante o período em deveria ser isento de desconto de imposto de renda, conforme tabela abaixo. No entanto, o contribuinte **não localizou** em seus arquivos a **Declaração de Ajuste Anual, Exercício 2013, Ano-Calendário 2012 e Exercício 2012, Ano-Calendário 2011**. Sendo assim, solicita que seja oficiado à Secretaria da Receita Federal para que faça constar dos autos as Declarações de Ajuste Anual faltantes, para fins de elaboração dos cálculos definitivos dos valores a serem devolvidos ao contribuinte.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Exercício** | **Ano-Calendário** | **Situação** |
| 2012 | 2011 | **Em falta** |
| 2013 | 2012 | **Em falta** |
| 2014 | 2013 | **doc. 10** |
| 2015 | 2014 | **doc. 11** |
| 2016 | 2015 | **doc. 12** |
| 2017 | 2016 | **doc. 13** |
| 2018 | 2017 | **doc. 14** |
| 2019 | 2018 | **doc. 15** |
| 2020 | 2019 | **doc. 16** |
| 2021 | 2020 | **doc. 17** |
| 2022 | 2021 | **doc. 18** |
| 2023 | 2022 | **doc. 19** |
| 2024 | 2023 | **doc. 20** |

**V – DA EXISTÊNCIA DE PROCESSOS COM AS MESMAS PARTES**

Por ocasião do protocolo da inicial, foi identificado pelo sistema “a existência de processo(s) com as mesmas partes, assunto e competência similares a este que se quer distribuir, em possível repetição de ação”.

Após conferência, foi verificado que o Autor desta inicial – **POMPILIO FLORES DE BORBA**, inscrito no **CPF/MF nº 046.934.500-49**, **não figura como Autor ou Réu** nos processos judiciais listados pelo sistema e-Proc, conforme tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Nº Processo**  **Assunto** | **Autor** | **Réu** |
| 5001719-41.2024.4.04.7113 Honorários Advocatícios | PGFN | Wolney João Ferreira  CPF: 286.3\*\*\* |
| 5008258-96.2023.4.04.7100 Repetição de Indébito do SIMPLES | Representações Steimetz Gros Ltda – PJ | União  Fazenda Nacional |
| 5011504-88.2023.4.04.7104  IRPF - Isenção  Verbas Indenizatórias | União – Fazenda Nacional | Amanda Maschio Neumann  CPF: 010.2\*\*\* |
| 5013367-22.2022.4.04.7102  IRPF - Isenção | Elsio José Bolzan  CPF: 132.5\*\*\* | União  Fazenda Nacional |
| 5044571-56.2023.4.04.7100  Liberação de Mercadorias | Jeferson Schmengler  CPF: 575.4\*\*\* | EBCT - PGFN |
| 5060067-28.2023.4.04.7100  IRPF - Isenção | Vitorino Antônio Pierezan  CPF: 216.0\*\*\* | União  Fazenda Nacional |
| 5078591-73.2023.4.04.7100  IRPF - Isenção | Apolo Casimiro Arusievicz  CPF: 289.8\*\*\* | União  Fazenda Nacional |
| 5078755-38.2023.4.04.7100 IRPF - Isenção | Vivian Lidia Arusievicz  CPF: 292.3\*\*\* | União  Fazenda Nacional |

**VI – DOS PEDIDOS**

Posto isso, requer que Vossa Excelência se digne em:

a) deferir o pedido de **prioridade na tramitação**, por ser a parte Autora pessoa idosa **(89 anos)** portadora de doença grave **(NEOPLASIA MALIGNA)**, com fulcro no art. 1.048, I do CPC;

b) **dispensa a audiência de conciliação e mediação**, nos termos do art. 319, VII, do CPC, por ser matéria exclusivamente de direito;

c) a **concessão do benefício da justiça gratuita** ao Autor, uma vez que resta comprovada sua condição hipossuficiente, em virtude da ausência de condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo para o próprio sustento e de sua família, conforme Declaração anexa;

d) **deferir a tutela de urgência** postulada, em caráter *in limine litis*, para fins de determinar que a Fazenda Nacional deixe de efetuar a retenção do imposto de renda do Autor na fonte sobre os proventos de aposentadoria/reforma por ele recebidos;

e) determinar a **citação da União**, no endereço já declinado e na pessoa do seu representante legal para, querendo, apresentar contestação e acompanhá-la até o seu final, nos termos do art. 335 do CPC;

f) determinar para que a União - Organização Militar–OM – 27º Grupo de Artilharia de Campanha – 27º GAC, sediado em Ijuí, RS, na pessoa do seu representante legal junte aos autos o **Processo Administrativo de concessão de isenção em caráter condicional** do recolhimento do imposto de renda ao Autor;

g) julgar a total **procedência dos pedidos para declarar a parte autora isento de imposto de renda desde a data de diagnóstico da neoplasia maligna** **19/12/2011**, com base no art. 6º, XIV da Lei nº 7.713, de 1998, e **condenar a parte Ré (União) para fins de restituição em dobro (repetição do indébito) dos valores vencidos e vincendos indevidamente retidos na fonte desde a constatação da neoplasia maligna – 19 de dezembro de 2011**, acrescidos de correção monetária a partir dos respectivos descontos indevidos e, de juros de mora a contar da citação;

h) a condenação da Ré (União) ao pagamento das custas e **honorários advocatícios** no percentual de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85 do CPC;

i) a **produção de todos os meios de prova** em direito admitidas, em especial a documental, nos termos do art. 369 do CPC; e

j) que as **intimações** sejam dirigidas ao procurador constituído, sito, a Rua Álvaro Chaves, nº 687–B, Sala 5, Centro, no Município de Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, indicando ainda o endereço eletrônico ***marcelocaetanoadvogado@gmail.com***.

Dá-se a causa o valor provisório aproximado de R$ 179.347,70 (cento e setenta e nove mil trezentos e quarenta e sete reais e setenta centavos), correspondente ao valor total dos descontos de imposto de renda retido na fonte do titular, desde a constatação da neoplasia maligna, até a presente data.

Termos em que,

Pede deferimento.

Ijuí, RS, 30 de outubro de 2024.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**MARCELO CAETANO TEIXEIRA**

**Advogado**

**OAB/RS nº 132232**